

Desmatamento ilegal garante terra

Um sem-número de truques são usados por madeireiros para enganar o Ibama. Cerca de 12% do território do Pará já foi desmatado

Warner Filho
Enviado especial

Garraão do Norte (PA) — Toda a extração de madeira na região do município de Garraão do Norte — 250 quilômetros a leste de Belém —, no Pará, é ilegal. Quem diz isso são os próprios madeireiros da região, um dos maiores pólos de extração de madeira do País.

“Para liberar o desmatamento, o Ibama pede o título de propriedade da terra. O Incra só dá o título se houver benfeitorias na área. E para fazer benfeitorias é preciso desmatar. Ou seja, é impossível legalizar as terras. Quem tem um título fez o desmatamento ilegalmente”, explica Clair Sidorak, 37 anos, catarinense de Papanduva, município do nor-

Fotos: Carlos Eduardo

te de Santa Catarina.

No Pará há 15 anos — tempo suficiente para que perdesse o marido num acidente de trânsito em 1983 — ela se diz decepcionada com o que encontrou por lá. “Vimos com o sonho de um Brasil grande. Hoje somos considerados bandidos. Me sinto como um ex-combatente da guerra do Vietnam. O governo dava incentivo para a extração de madeira e agora não se pode explorá-la. É impossível legalizar um manejo de madeira. Há 15 anos eu trabalho ilegalmente”.

FRAUDES

Há um sem-número de regras e exigências para todo o trabalho de exploração de madeira — extração, beneficiamento, transporte etc — e

uma quantidade parecida de truques para fraudá-las. Há uma intrincada rede de pessoas envolvidas na legalização de trabalhos que estão totalmente fora da lei.

“Toda a legislação sobre o assunto existe para não ser cumprida”, diz o engenheiro agrônomo e florestal Sebastião Pinheiro, funcionário do Ibama, que sofre represálias no Instituto até hoje por haver se negado, há três anos, a liberar um carregamento de madeira roubada. “Mandeí toda a papelada para a Polícia Federal. Desde então não me deixam fazer nada. Me botaram na geladeira”, conta.

O Instituto tem, no Pará, cerca de cem pessoas envolvidas no trabalho de fiscalização. Segundo o superintendente estadual do Ibama, José Maria Gadelha, o número é dez vezes menor que o necessário. Para completar, os funcionários, que oficialmente são pagos para coibir a exploração ilegal, às vezes parecem mais preocupados com outro verde: o das cédulas de dólar.

“Não é corriqueiro, mas chegam

denúncias de fiscais que receberiam dinheiro para facilitar o trabalho. Mas é preciso provar”, reconhece o chefe da Diretoria de Controle e Fiscalização do Ibama no Pará, Nilson Pantoja.

Entre a conivência dos fiscais e a falta deles, todos se sentem à vontade para devastar a mata. Fraudase de tudo. O cearense João Eiscosio Silva, 43 anos, há três no município de Nova Esperança do Piriá, é atravessador de toras. Compra de quem derruba a árvore e vende para a serraria. Para transportar essa carga, é preciso ter uma guia expedida pelo Ibama, onde aparece o nome do lugar onde, supostamente, há um projeto legal de exploração de madeira.

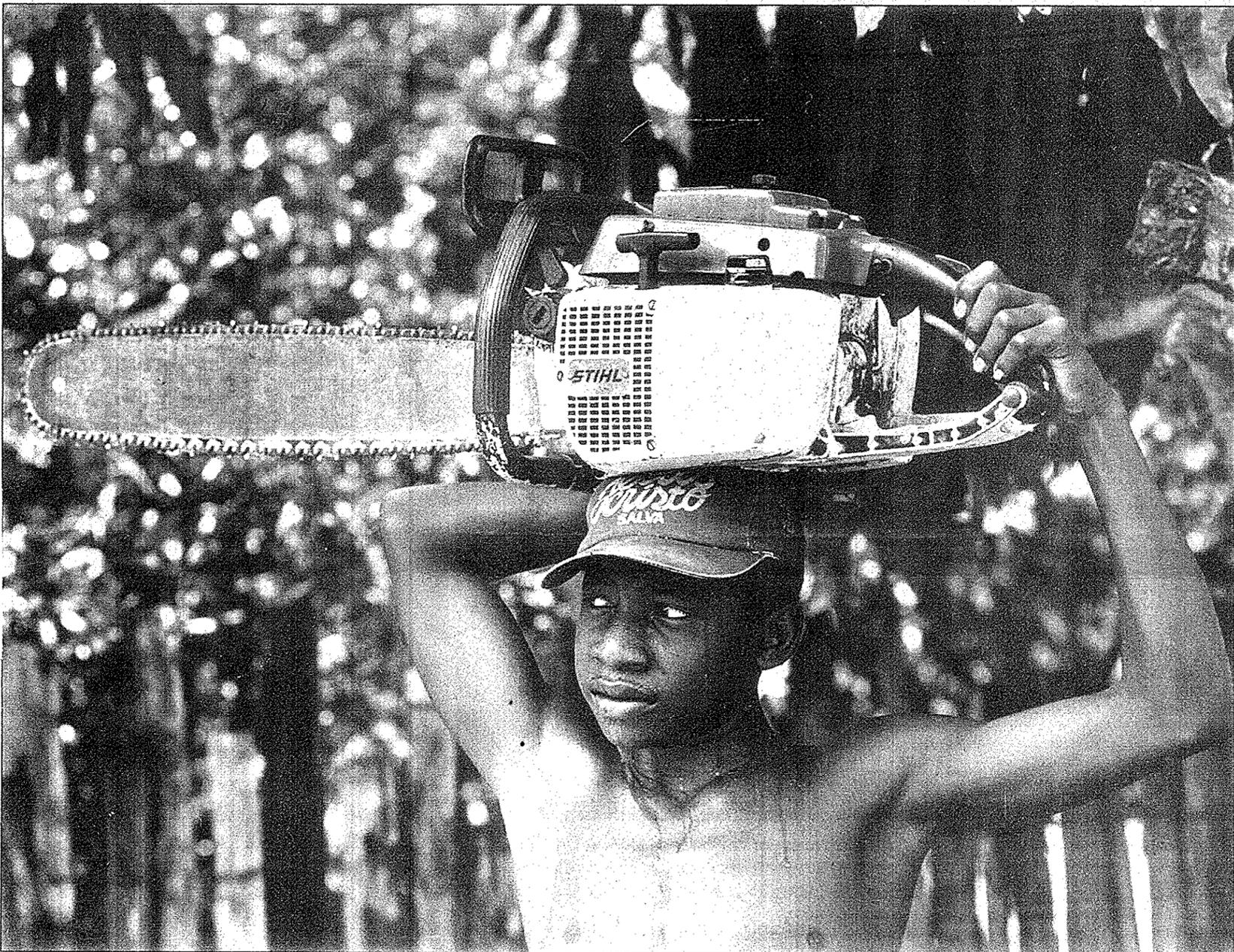
No mais das vezes, o projeto não existe. Mas João aprendeu também que ninguém vai saber de onde vieram as toras e, desde que haja uma guia, se pode transportar carregamentos ilegais de madeira extraída de matas vizinhas ao tal projeto. Além disso, segundo o madeireiro, é possível comprar as guias.

NINGUÉM OBEDECE

Na Amazônia, nenhuma propriedade rural pode ter mais que a metade da área desmatada. Mas essa regra também não vem sendo respeitada. “Ninguém está obedecendo isso. Este problema está se tornando muito grave. Temos várias denúncias desse tipo de procedimento”, revela Gadelha.

Já o chefe de controle e fiscalização não parece muito preocupado com isso. “De acordo com o último levantamento, de 1992, o desmatamento atingia a apenas 11% do território do estado. Hoje, não deve passar de 12%. O Pará tem 1,22 milhão de quilômetros quadrados. Ainda tem muita mata por aqui”, contenta-se.

“Eu tenho uma visão completamente diferente do cara que está fazendo leis atrás de uma escrivaninha”, adverte o madeireiro Elço Loureiro, 52 anos, de Nova Esperança do Piriá. “Quando a árvore fica adulta é preciso derrubá-la, senão ela só faz roubar luz e oxigênio das plantas que ainda estão crescendo”.



Na Amazônia, nenhuma propriedade rural pode ter mais que a metade da área desmatada, mas a lei não é respeitada. No Pará apenas com fiscais do Ibama trabalham na fiscalização.

Índios não negociam

Garraão do Norte (PA) — Nem o Ibama nem a Secretária de Meio Ambiente do Pará têm dados sobre a extração de madeira no estado. Mas no município de Nova Esperança do Piriá o negócio é tão importante que praticamente todas as estradas da região foram construídas pelos madeireiros, para viabilizar a extração.

O acerto mais comum feito por eles é abrir a estrada em troca do direito de explorar a madeira às margens da nova estrada, em geral numa faixa de 50 metros para cada lado, limite que nunca é respeitado.

Esse era o trato, por exemplo, para a estrada que se começou a construir dentro da reserva indígena do Alto Rio Guamá. A rodovia, que deveria cruzar toda a reserva — de 280 mil hectares — acabou ficando pela metade do caminho, 15 quilômetros mata a dentro, depois que o Incra embargou a obra.

Os madeireiros da região não se conformam com a negativa dos índios em vender as árvores da reserva. O fato, aliás, gerou o conflito do fim do mês passado, quando um grupo de 77 índios estiveram dois dias com reféns de posseiros que exploram a reserva.

EXPEDIÇÃO

Os madeireiros ficaram do lado dos colonos. Eles também têm problemas com os índios. Elço Loureiro, depois de empreender

cinco expedições de exploração da reserva, foi ameaçado de morte pelos índios se voltasse a pisar por lá. Mas o tempo foi suficiente para ele saber que a reserva guarda muita madeira e, mais importante, tem ouro.

“Quando os índios não vendem a madeira não entrem recursos para o município nem para o estado. E os índios também ficam sem dinheiro, andam com o calção tudo rasgado”, reclama o madeireiro Edson Amâncio, 39 anos, dono do único telefone particular de Garraão do Norte — cidade com 35 mil habitantes — e candidato a vice-prefeito da cidade, “se tudo der certo”. Quatro candidatos concorrem à prefeitura, que não tem nem telefone. O atual prefeito, Aderson Almeida, usa o telefone público do posto da Telepará para despachar. Mas tem uma vantagem: pode furar a fila.

Com exceção do candidato do PT, todos os aspirantes a prefeito de Garraão do Norte são fazendeiros. Amâncio, paranaense, está há 16 anos no Pará. Conta que criava gado dentro da reserva indígena, numa área de 250 hectares. Há seis anos vendeu tudo e montou a serraria onde corta 500 metros cúbicos de madeira por mês. Uma árvore adulta tem, em média, dez metros cúbicos. Este volume de madeira beneficiada (serrada em tábuas) vale R\$ 1.450 (R\$ 145 o metro). (WF)

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

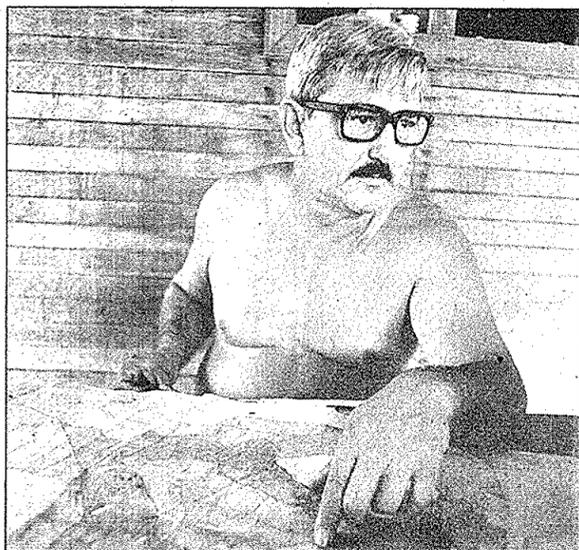
De metalúrgico a madeireiro

O ex-caminhoneiro Elço José de Loureiro, 52 anos, paulista de Jaú, vive no Pará desde 1974. Quando chegou à Amazônia, ainda era camioneiro. Mas logo depois, de tanto carregar toras de madeira, percebeu que também poderia ganhar dinheiro com aquilo.

Tornou-se madeireiro e construiu a cidade de Nova Esperança do Piriá praticamente sozinho: com a experiência de quem já foi diretor-adjunto da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), em São Bernardo, construiu posto telefônico, posto médico e posto dos Correios. Ainda pagou, durante um ano, os salários do funcionário que recebia e expedia as cartas. Também construiu a Igreja da cidade.

Vive no local desde 1983. Antes, morava perto de Garraão do Norte, a 70 quilômetros de Nova Esperança. Em São Paulo, ajudou a organizar o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, quando trabalhava na Motores Perkins, em São Bernardo. Conheceu Lula e virou militante do PT.

Hoje está no PPB, onde ocupa agora o cargo de vice-presidente do diretório municipal. “Tem



Elço José de Loureiro construiu uma cidade e a vida na floresta

uma ala muito radical no PT, que não tem jogo de cintura. É preciso ter um pouco”, reclama.

A serraria — Empresa Madeireira Piriá — esteve com as portas fechadas durante os últimos cinco anos, e só voltou a funcionar há três semanas. “Foi

o tempo que andei metido em política”, conta Elço.

Fez cinco expedições de reconhecimento à reserva indígena do Alto Rio Guamá, e só suspendeu as viagens depois de ameaçado de morte pelos índios. (WF)